

ENTRE O RACISMO E A LESBOFOBIA: RELATOS DE ATIVISTAS NEGRAS LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO

Sandra Regina de Souza Marcelino

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: srsandraregina3@gmail.com

Resumo: Este artigo, a partir das narrativas de mulheres negras lésbicas do Rio de Janeiro, tem por objetivo refletir sobre o racismo e a lesbofobia. Com base em diferentes referenciais teóricos, o texto apresenta os limites dos movimentos feminista e negro em lidar com questões raciais e de orientação sexual.

Palavras-chave: racismo; lesbofobia; mulheres negras.

Abstract: Using narratives of black lesbian women in Rio de Janeiro, this article aims to reflect about racism and lesbophobia. Based on different theoretical references, it presents the limits of black and feminist movements in dealing with racial and sexual orientation issues.

Keywords: racism; lesbophobia; black women.

Introdução

A proposta deste artigo é, a partir das narrativas de mulheres ativistas autodeclaradas negras e lésbicas, construir uma reflexão sobre os efeitos conjugados do racismo e da lesbofobia.

A posição social da mulher em nossa sociedade sempre esteve marcada por situações de opressão e de subalternização. Ao se tratar das mulheres negras, observamos que suas trajetórias têm sido lesionadas pelas desigualdades sociais que se desdobram em questões como gênero, raça e orientação sexual.

Historicamente, a participação das mulheres nas diferentes esferas sociais é resultado da tomada de consciência e da ousadia gestada a partir de enfrentamentos ocorridos no âmbito de uma cultura fortemente marcada pelas forças do patriarcado. Neste contexto, inúmeras associações feministas foram criadas e articularam-se para garantir direitos fundamentais para as mulheres, associações essas que podem ser consideradas desestabilizadores do *status quo*. Desde essas associações as mulheres adentraram em diferentes espaços, reconfiguraram dimensões importantes da nossa ordem social e apresentaram inúmeras demandas (como participação política, ingresso na educação formal, acesso ao mercado de trabalho e controle do corpo). Essas demandas trouxeram à tona discussões sobre a recorrente invisibilização das mulheres e o lugar subalterno ocupado por elas. Há que se ressaltar que essas discussões estavam focadas nas experiências de mulheres brancas e heterossexuais.

Foi somente no final da década de 1970 que esse quadro sofreu alterações. Naquele momento, algumas feministas negras, com destaque para Lélia Gonzalez, problematizaram as opressões específicas vivenciadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho, na saúde e na educação. Igualmente, problematizaram as peculiaridades das múltiplas formas de violência por elas experimentadas (CARNEIRO, 2003). Joselina Silva (2014), ao examinar esse processo, diz que na década de 1970 diversas discussões sobre as mulheres e pautadas por elas ocupavam diferentes espaços públicos no Brasil. Naquele contexto, ampliavam-se os debates sobre, por exemplo, a inclusão das mulheres nas agendas dos partidos políticos e sindicatos, bem como no mercado de trabalho. Ela também salienta a importância e o impacto que teve no Brasil a promoção, pela ONU, em 1975, do Ano Internacional da Mulher. Essa dinâmica, contudo, não favorecia a visibilidade das particularidades das mulheres negras. Em função disto, na passagem dos anos 1970 para a década de 1980, ocorreu o surgimento de inúmeros grupos organizados de mulheres negras em todo o país. No Rio de Janeiro, podemos destacar o Aqualtune, o Nzinga, o Coletivo de Mulheres Negras e o Centro de Mulheres de Favelas e

Periferia (SILVA, 2014).¹ Tais organizações ganharam força e reivindicaram que o movimento negro e o movimento feminista pautassem as suas demandas.

Inúmeras mulheres negras, devido ao distanciamento de suas realidades daquilo que era *pronunciado* pelas mulheres brancas, estranhavam a sua não-representação dentro do movimento de mulheres que foi se constituindo desde o início dos anos 1970. Ocupar as ruas e inserir-se no mercado de trabalho, por exemplo, não eram suas questões prioritárias, pois as mesmas já estavam no espaço público e trabalhavam desde antes da abolição da escravidão. O que se colocava em questão era a igualdade de direitos. Sueli Carneiro reafirma esse posicionamento ao dizer que:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2003, p. 01).

As demandas políticas mais específicas das mulheres negras levaram muito mais tempo - pelo menos duas décadas a mais do que as das mulheres brancas - para serem postas em discussão, principalmente, devido ao fato de que elas, na sua maioria, não tinham acesso aos espaços de oferta de educação superior, cenário no qual o movimento feminista tinha, até então, mais avançado no Brasil.

As mulheres negras fizeram suas bandeiras e agendas políticas a partir das exclusões específicas às quais estavam submetidas e das lutas por emancipação comuns a todas as mulheres. “*Similarmente, as lésbicas negras também iam construindo, mesmo que timidamente, uma agenda própria.*” (SANTOS e GÓIS, 2007, p.73).

A década de 1980 foi um momento importante na insurgência do movimento feminista negro brasileiro. Foi nela que, sob a influência do feminismo anglo-saxão, teve início “*uma crítica [ao] fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média alta. Apontava-se, ainda, a necessidade de promover discussões mais amplas acerca de conceitos como classe social e raça.*” (DAMASCO, MAIO e MONTEIRO, 2012, p. 135).

A ruptura das mulheres negras com o movimento feminista não se deu de forma harmoniosa. Ao contrário, devido aos debates acirrados, elas eram

¹ É oportuno lembrar que o “*retorno das exiladas trouxe novas contribuições ao movimento do Rio de Janeiro, o que ajudou a diversificar ainda mais as múltiplas visões sobre o feminismo e as formas de implementar sua práxis.*” (SILVA, 2014 p.17).

vistas como criadoras de casos e baderneiras e como atrizes que incitavam a (supostamente inexistente) tensão racial.²

Foram as mulheres negras que, de dentro do movimento feminista, buscaram articular as questões de gênero, classe e raça e apontaram para a existência de identidades múltiplas que evidenciam a dinâmica e a complexidade social que modelam as diferentes manifestações da desigualdade.

Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. A construção deste sujeito - as mulheres negras - trouxe maior complexidade e exige o reconhecimento das profundas diferenças culturais nas práticas das mulheres. (SOARES, 1998, p. 45).

A entrada das mulheres negras no movimento feminista gerou um campo de tensão que tornava evidente a existência do racismo dentro dos grupos de mulheres. Ao mesmo tempo, ao ingressarem no movimento negro, encontravam dificuldades em receber apoio da maioria masculina que ocupava as posições de mando desse movimento. Deparavam-se também com a percepção de que a homossexualidade da mulher negra constituía uma *desonra* à cor/raça. Estas questões são discutidas por Santos e Góis (2007) quando lembram que as militantes negras lésbicas, em decorrência do preconceito velado ou explícito em torno da lesbianidade, viviam situações de grande opressão quando dos seus esforços de inserção em movimentos identitários.

A seguir, apresentaremos aspectos das memórias e ideários de 4 mulheres ativistas que experimentaram, dentro e fora dos movimentos identitários, as dificuldades de ser, simultaneamente, mulher, negra e lésbica.

Entrecruzando narrativas e identidades: quem são as mulheres que aqui falam?

Entre os meses de setembro e outubro de 2010 aproximei-me de quatro ativistas do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) do Rio de Janeiro, com o objetivo de, ao torná-las minhas interlocutoras, conhecer melhor o ativismo negro lésbico-feminista. O contato inicial e as aproximações aconteceram em eventos específicos da comunidade LGBT.

2 Nesse mesmo contexto, as lésbicas — brancas ou negras — viam as suas demandas e necessidades não serem devidamente discutidas.

A escolha das entrevistadas³ seguiu os seguintes critérios: autodeclarar-se negra e lésbica; ser ativista com representatividade no movimento de lésbicas negras; residir no Rio de Janeiro; e pertencer à faixa etária de 35 a 65 anos. O recorte geracional foi uma tentativa de compreender as suas percepções em diferentes etapas da vida.

Os nomes aqui utilizados para identificar as falas são fictícios e foram escolhidos pelas próprias entrevistadas.

Dandalunda é uma assistente social de 37 anos. Quando da entrevista, usava tranças estilo nagô longas as quais sempre balançava de um lado para o outro. Filha adotiva, foi criada em uma família branca e afetuosa. Afirmou a não existência do racismo dentro da família. Sua voz é altiva e forte e a sua fala empoderada.

Neusa de Xangô, professora aposentada, é uma mulher de muitas tranças, indumentárias, histórias, experiências e saberes adquiridos ao longo dos seus 64 anos. Sob a proteção de seu orixá, carrega no seu nome e na expressão do seu corpo uma grande guerreira.

Ilnar, nome de sua avó, é bibliotecária, de 63 anos e de estatura baixa. Usa seus cabelos em estilo *dreadlocks*. As vestimentas, as cores e indumentárias revelam o seu empoderamento e o seu pertencimento às causas que defende.

Azaracá recebeu esse nome ao ser iniciada no candomblé. É técnica em agropecuária e tem 53 anos. Entre as quatro entrevistadas é a que tem a pele mais clara. Sua trajetória é repleta de histórias vividas nas relações familiares e nos movimentos negro e LGBT.

Ser negra...

Nesta seção, as entrevistadas narram suas experiências como membros de um grupo racial discriminado.

“*Eu descobri que era negra quando eu descobri que eu não era morena.*” Essa fala, de *Azaracá*, não é uma exceção. Ela é comum no universo familiar de meninas negras, principalmente no daquelas cuja pigmentação da pele é mais clara.

Como bem lembra Santos (2007), a palavra *negro* foi historicamente associada ao escravizado e servia para estigmatizar, para humilhar, para demonstrar a todo momento o *status* de inferioridade da pessoa a quem era atribuída.

3 Em alguns momentos usaremos a palavra *entrevistada* e, em outros, *interlocutoras*, para nos referirmos às donas das narrativas. Consideramos ser necessário a diferenciação, uma vez que as falas aqui trazidas ocupam um lugar político e pessoal, bem como interage no processo da construção do texto.

O termo *moreninho*, quer dizer que o outro, não sendo tão escuro, merece uma consideração melhor. Essa situação espelha a ideologia do embranquecimento (...). Sintetizando, o racismo no Brasil prega (sem fazer estardalhaço) que quanto mais claro, melhor (SANTOS, 2007, p. 34).

Essa transferência da negritude para uma identidade miscigenada que se aproxima cada vez mais do branco enfatiza a elevação de lugar de poder à medida que *se clareia*.

Ratts e Rios (2010, p. 75) aprofundam esta reflexão apropriando-se das considerações de estudiosos da linguagem sobre os processos de supressão ou substituição de termos. Para eles,

A troca de um termo por outro, como fazemos ao chamar alguém de moreno ou morena, em vez de negro ou negra, é um ato comunicacional de uma grande importância. Basta lembrarmos que na música popular brasileira existem inúmeras canções elogiando a morena e o moreno, e poucas que ressaltam a negra e o negro.

Essa troca de um termo por outro tem raízes no projeto de imigração iniciado no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, que era uma tentativa de *limpar* o Brasil das marcas da escravidão e levar o país a um estado moderno e evoluído. A partir da década de 1930, a miscigenação foi oficializada pelo projeto de *embranquecimento* do país. Isso resultou, anos depois, em um desdobramento do racismo que Oracy Nogueira (1998, p. 72) chamou de preconceito de marca, por assim entender que “quanto mais a cor da pele se distanciar da negritude, menor os efeitos do racismo.”

A Frente Negra Brasileira – importante organização social negra dos anos de 1930 – foi uma das principais responsáveis, neste período, pela revalorização da palavra *negro* que, desde então, deixou de “*ser sinônimo de escravo, de inferioridade racial, passando a ser visto como identidade positiva.*” (SANTOS, 2010, p. 32). A partir de 1978, com a emergência do Movimento Negro Unificado (MNU), o termo *negro* se popularizou como identidade política relevante. Na década de 1990, campanhas com slogans como *100% negro; Negro é lindo* impulsionaram positivamente a revalorização da negritude. Atualmente, através dos grupos e coletivos negros, essa valorização vem se dando pela via da estética, das artes e das diversas ações afirmativas.

As teorias racistas estão associadas à escravidão, mas a estrutura do seu discurso e prática com base em uma suposta inferioridade biológica ganhou muita força no pós-abolição. Apesar da tentativa, na década de 1930, de dar uma conotação positiva à mestiçagem, “*estereótipos e preconceitos raciais continuariam atuantes na sociedade brasileira, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades, restringindo o lugar social do negro*” (JACCOUD, 2008, p. 52). Essa configuração de lugares sociais e raça

teve um forte impacto no sujeito *mulher negra* dentro da sociedade, na sua relação com o sexo oposto e na construção da sua identidade.⁴

Dandalunda nos conta que há uma diferença entre *ser negra* e *se descobrir* negra. O processo de pertença ocorre de diferentes maneiras e em ocasiões distintas.

Toda a minha família é branca. E aí quando eu entro para a faculdade e começo a fazer Serviço Social, aí a coisa acontece. Eu sabia que eu era eu. Mas passar a discutir sobre raça, sobre etnia, sobre território negro, sobre formação de identidade negra, se dá em 1996, assim que eu entro na UFRJ. Aí, essa sensação de pertencimento (...). Eu não preciso alisar o meu cabelo, porque o meu cabelo não é ruim, esse cabelo faz parte da minha identidade de ser. Porque não adianta eu ter esse cabelo liso, porque eu não vou ser branca nunca. Aí o meu processo de “ser negra” [...] esse ser negra aflora. Eu devo muito isso a uma professora. A gente discutiu muito sobre a formação de identidade e eu me apaixonei por esse processo de formação de identidade.

A introyeção positiva da identidade racial se dá com a valorização do ser negro(a) a partir do conhecimento da sua própria história e superação dos valores negativos a ela atribuídos. Como diz André (2008, p. 56):

No momento em que a maioria dos afrodescendentes puderem transformar sentimentos de vergonha, de medo, de inferioridade por outros como orgulho de sua ancestralidade, por mais fragmentada que a mesma se apresente, veremos possibilidades da ocorrência de mudanças de visões sobre o negro no imaginário social, a partir dos próprios negros.

Para Ilnar, a questão racial sempre foi muito presente e vista com naturalidade por ela. Filha e neta de mulheres empregadas domésticas, em um contexto histórico de recriação do regime escravocrata na relação patrão/empregada, ela conta que sempre soube que era uma menina negra criada na casa de brancos: “*não era uma consciência racial sistematizada, mas é uma consciência racial pelos hábitos de vida; pela vivência negra*”. Um avanço em relação a esse patamar de conscientização ocorreu quando da sua entrada “*para a faculdade em 1972; e aí a consciência negra foi se formando.*”

Sabemos que a universidade pode ser um divisor de águas. Através da experiência das mulheres entrevistadas foi possível perceber a importância desse espaço como um lugar de organização, de formação e de negociações

4 Werneck (2009), na tentativa de promover uma reflexão sobre a mulher negra e suas estratégias contra o racismo e o sexismo, nos fala dessa mulher como sujeito identitário e político que se constrói a partir de uma articulação de heterogeneidades resultantes de demandas históricas, políticas e culturais e de enfrentamento de condições adversas. Depreende-se dessa reflexão que é incorreto falar de *mulher negra* no singular, pois esse sujeito é muito diverso. As especificidades que ora se aproximam, ora se distanciam nesse universo tão complexo das mulheres negras implicam em uma diferenciação de raça, de orientação sexual, de condição econômica, de pertença religiosa e muitos outros desdobramentos.

políticas. A vida universitária foi um alicerce importante para a tomada de consciência crítica e compreensão da dinâmica social e política em relação à questão racial e à identidade negra. Por outro lado, sabemos que nem sempre esse reconhecimento identitário ocorre pelas vias da educação formal. O despertar dessa consciência e pertencimento racial, muitas vezes, se dá pela participação em movimentos sociais e nos encontros com os pares.⁵

Ser lésbica...

Sexo e sexualidade sempre foram tabus na sociedade e estão em processo constante de interpretações e definições em torno daquilo que é permitido (considerado legítimo e sagrado) e que não é permitido (visto como pecaminoso). Segundo Foucault (1999, p. 145) o sexo é “o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres.” Talvez por ocupar essa dimensão, torna-se alvo de vigilância constante. Não raro, toma-se conhecimento que as famílias passam por tensões e oprimem expressões sexuais e de gênero não normativas.

As mulheres são criadas e educadas desde criança para se tornarem boas esposas, boas mães e boas donas de casa. Para a mulher negra, soma-se a esses requerimentos a associação do seu corpo ao domínio do exótico e do sexual. Carneiro (2002) afirma que essa estereotipação ainda não foi superada no imaginário social. Já hooks (1995) ressalta que a imagem das mulheres negras, mais do que a das brancas, foi historicamente construída em um diapasão essencialmente heteronormativo.

Contudo, entre as imagens socialmente construídas e os desejos e as vivências reais existe uma significativa distância. Ademais, as experiências das pessoas que compõem os diferentes grupos variam significativamente. Segundo o Dossiê da Saúde de Mulheres Lésbicas (2006), há um certo consenso em torno de que a *orientação sexual* é constituída, a princípio, por três dimensões – comportamento, desejo/atração e identidade – que não caminham necessariamente da mesma maneira e na mesma direção. É isso que vemos nas narrativas das entrevistadas quando falam sobre os seus processos de descoberta e de trânsito dentro de uma sexualidade não normativa. Ilmar aborda essa questão nos seguintes termos:

5 É correto afirmar que a universidade pode criar as condições para estes encontros, ainda que seja pela via do combate coletivo ao silenciamento do racismo e da denúncia da não representatividade negra no corpo docente ou na literatura dos seus diferentes cursos.

Sempre me senti lésbica, desde que começaram os meus primeiros desejos sexuais, as minhas primeiras atrações; quando começaram os meus primeiros sentimentos de erotismo. Isso aconteceu aos 14 anos, na adolescência, porque foi quando eu tive minha primeira namorada. Naturalmente eu não tinha uma ideia assim ampla e mais forte de que aquilo era realmente lesbianidade ou era uma vivência homoafetiva, mas a minha libido, o meu desejo, o meu afeto sempre foi voltado para mulheres.

Falando sobre o mesmo tema, Neusa diz:

Eu não tenho um momento da descoberta, do *insight* assim não. Pode ser que tenha o momento da prática, mas o momento da descoberta não. Fui criada no contexto da heterossexualidade, nem sabia o que era isso, era uma outra época. Eu tive até uns namoradinhos.

Em um depoimento marcante, de Azaracá, dado para a construção de um documentário sobre lésbicas, ela contou que, quando era jovem, sua mãe, em uma tentativa de intimidá-la, apresentava a capa de dois discos de vinil da cantora Araci de Almeida. O objetivo era mostrar o *antes e o depois* da artista, fazendo, assim, uma comparação depreciativa entre a feminilidade inicial e a masculinidade posterior. No imaginário social, ser lésbica significa comportar-se e assemelhar-se ao estereótipo de *ser homem*.⁶

Os pais de lésbicas, gays e transgêneros, muitas vezes não sabem lidar com a sexualidade não normativa de seus filhos e filhas. No trabalho de França (2009), por exemplo, identificamos como a relação familiar de muitos jovens homossexuais são marcadas por violências simbólicas e físicas. A homossexualidade se converte em um problema. Observa-se também que os pais constroem diversas indagações sobre a homossexualidade: Onde foi que eu errei? De quem é a culpa? Como resolver o problema? Em consequência disso, buscam recursos médicos e psicológicos para *curar* seus filhos ou filhas; mandam-nos para escolas internas; afastam-nos dos amigos e possíveis namorados(as). Além disso, servem-se da prática de trocas simbólicas ou barganhas de ordem espiritual, como podemos ler nos fragmentos abaixo, retirados de depoimentos do livro de Edith Modesto (2008, p. 127):

Eu fiz promessa para Nossa Senhora da Aparecida (...) vou subir as escadarias de joelhos (...) Mande fazer mais de mil santinhos; eu fiz uma promessa. Se ela largar disso, eu paro de fumar. E olha que nunca consegui, nem com remédio.

Levando em consideração esses aspectos, Soliva (2010) ressalta que por essas e outras razões, a *casa* e as *relações familiares* transformam-se em um espaço marcado por contradições que desconstroem a noção corrente que se tem da mesma como um lugar de segurança e de refúgio.

6 A experiência de Azaracá é algo comum na vida das lésbicas.

Durante os meses que me inseri no campo de pesquisa, estive em territórios cuja presença feminina era expressiva. Em conversas informais com algumas jovens lésbicas, observei a partir de suas falas que as mães, com frequência, apresentavam uma grande dificuldade em aceitar a lesbianidade das filhas. O processo de aceitação é, em geral, muito lento e implica várias perdas dentro de casa como, por exemplo, a liberdade, a confiança e a afetividade.

Até aqui estamos trazendo algumas questões que são supostamente comuns no cotidiano de quase todas as lésbicas. Entretanto, ao abrirmos o leque do universo lésbico, encontramos a *diversidade dentro da diversidade*, a exemplo da intersecção entre a lesbianidade e a negritude.

Ser negra lésbica...

“Falar de lesbianidade e negritude é dar expressão ao nosso corpo; percebemos a nossa sensibilidade, a nossa vulnerabilidade, a nossa transcendência”. Essa reflexão, proferida pelo Coletivo de Lésbicas Negras Feministas (CANDACES), sintetiza como as mulheres negras lésbicas vêm se expressando politicamente no contexto brasileiro.

Identificar-se como uma mulher negra e lésbica é saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade (OLIVEIRA, 2007). Isso implica pensar em outras vulnerabilidades, para além de gênero e raça, que são dois dos grandes eixos estruturantes dos padrões de desigualdades e exclusão social no Brasil.

A relação de diferentes identidades, geralmente transformadas em estigmas que produzem formas de discriminação e dominação, é definida como *interseccionalidade*. Este conceito tem origem em meados dos anos de 1970, no feminismo negro norte-americano. Algumas obras apontam que desde o século XIX, nos Estados Unidos, já se falava sobre interseccionalidade de gênero e raça, mas, foi com os estudos sobre violências de gênero vividas por *mulheres de cor* nas classes desfavorecidas daquele país, desenvolvidos por Kimberlé Crenshaw, que ele ganhou notoriedade. Desde então, passou a ser utilizado em vários campos de estudo.

Ativistas como Lélia González, Sueli Carneiro e Luiza Bairros já apontavam, na década de 1980, para as diversas identidades consideradas subalternas que marcavam o corpo e a vida das mulheres negras. Reconheciam que para essas mulheres cabiam múltiplas militâncias, dentro tanto do contexto mais amplo da sociedade, como dos movimentos feminista e negro.

(...) muitas vezes éramos consideradas agressivas e não-femininas porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levadas em conta nas lutas feministas, exatamente porque como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. (GONZÁLEZ, 1984, p.9).

A luta das mulheres negras e lésbicas dentro dos movimentos feminista e negro apontava para a existência, em ambos, de mecanismos de dominação, preconceitos e silenciamento. Assim sendo, no movimento feminista as mulheres negras depararam-se com o racismo; e, no movimento negro, as mulheres negras lésbicas esbarravam no machismo e no preconceito relacionado à orientação sexual.

Retornando ao diálogo com nossas interlocutoras, buscamos saber como se dava essa relação entre ser negra e lésbica nos diferentes espaços sociais. Dandalunda é enfática ao dizer: *“Ser mulher e ser negra está no mesmo patamar (...) porque ser lésbica você pode esconder e ser mulher e negra, não!”*. Esse entendimento não é consensual entre as nossas entrevistadas, pois, para Azaracá,

(...) pesa muito mais em algumas questões você ser negra. Questão de acesso, por exemplo, e negra com agravante: cor da pele. A gente sabe que o racismo ele é mais contundente quanto mais preta for a sua negritude. E a lesbianidade, a gente sabe que pesa mais, quanto mais masculina você se apresenta dentro de uma sociedade heterossexista. Você não é excluída do seu núcleo familiar por ser negra. Você pode ser excluída dentro da sua escola, mas não é expulsa por ser negra. Você não é expulsa do seu templo de adoração por ser negra. Então, dependendo do contexto, lesbianidade pesa muito mais nas questões das exclusões e a negritude em relação aos afetos. Tudo vai depender do contexto, mas com certeza, tudo que é preto vai sofrer mais. A lésbica negra vai sofrer mais. Como uma mulher negra que podia estar rebolando, ganhando dinheiro, vai estar com uma outra mulher?!

Almeida (2008), discorrendo sobre as lésbicas em uma perspectiva racial, considera que, para quem já vive a estigmatização por ser negra, é mais difícil mostrar a identidade lésbica. A situação inversa existe, porém, de forma minoritária.

As experiências negativas relacionadas a cada uma destas identidades também podem se alternar de acordo com o contexto social, pois como relata Ilnar,

No mesmo dia pode pesar mais para você ser lésbica do que ser negra e vice-versa. Então não se pode assim afirmar o que pesa mais: ser lésbica ou ser negra. Se você entra numa loja ou está num restaurante, naquele momento que você está ali, pesa mais a sua negritude, mas se você, negra, está com sua companheira e está de mãos dadas com ela, naquele momento pesa mais você ser lésbica.

Tendo em vista as narrativas apresentadas, entendemos que para algumas das entrevistadas, uma maior opressão relativa à orientação sexual se manifestará em função da performance corporal; para outras, *a cor que não pode ser camuflada* as colocará em lugares de subordinação. No entanto, não desconsideramos que haja uma vulnerabilidade maior se levarmos em consideração que a mulher negra lésbica, cuja pigmentação e a masculinidade sejam mais forte, possa ser alvo de menor aceitação social. Entre esses pesos e medidas, o velho questionamento:

– *Além de preta ainda é sapatão?*

Lesbofobia e Racismo: por que a minha sexualidade e a minha cor geram tanto ódio?

Atos da intolerância, o preconceito e a discriminação têm ocupado um lugar constante nos jornais e redes sociais. A intolerância é *“agressiva e com frequência assassina, no seu ódio à diversidade alheia.”* (MENEZES, 1997, p. 46). Todas as formas e expressões de violência e discriminação são criminosas e não aceitáveis. No entanto, podemos dizer que ocorre uma maior sensibilização social se uma pessoa negra for agredida ou discriminada; se uma mulher sofrer situações de violência em razão do seu gênero; ou um indígena for agredido em função da sua identidade étnica. Ao se tratar de sexualidades não heteronormativas, contudo, a discriminação acompanhada de atitudes homofóbicas ganha um lugar de apropriada punição às vítimas.

As narrativas das quatro entrevistadas nos ajudam a compreender os mecanismos, muitas vezes sutis, que a lesbofobia engendra. Há um fetiche sexual masculino relacionado às práticas sexuais entre mulheres que é gerador de maior tolerância masculina, contanto que, isso seja apenas uma prática eventual e não uma relação estável sem a presença do homem.

A mulher negra lésbica questiona com sua própria existência discursos como os que foram construídos durante séculos em torno das mulheres, das negras e das lésbicas. A negra lésbica subverte o feminino, rompe com a heteronormatividade e transgride o espaço destinado à mulher negra em uma sociedade racista. Ela *“desconstrói e ressignifica categorizações e demonstra a possibilidade de resistência e transformação, individual e social, porque sua identidade é construída a partir do engajamento na luta contra o racismo, o sexismo e o heterossexismo.”* (OLIVEIRA, 2007, p. 400).

Em torno do racismo e da lesbofobia Ilnar diz:

Raro o dia que eu não tenha passado uma situação de racismo, até porque além da minha pele negra eu sou rasta, meu cabelo é rasta. Isso também desperta dentro das pessoas o preconceito. Você passa num canto, as pessoas já se previnem de você. É na sua vizinhança, é no seu próprio trabalho, é quando você em algum espaço (seja político ou não) se apresenta como lésbica. Como negra não é necessário porque tá na pele, aí você sabe como isso se modifica. Questões de racismo e lesbofobia estão no cotidiano.

Sistemas múltiplos de subordinação, tais como raça e orientação sexual não hegemônica, agregados a outras diferenças, se entrecruzam e formam a partir daí eixos estruturantes de desigualdades. O racismo, o machismo, o patriarcalismo, a homofobia e outros sistemas discriminatórios criam intersecções complexas causando danos nos grupos socialmente inferiorizados. Esse fenômeno está presente na vida das entrevistadas, como se vê no relato de Dandalunda.

Não é fácil não! Você está na pirâmide, né? É mulher, você tá ferrada. Aí você é negra. Hum, piorou mais um pouquinho. Aí você é lésbica, piorou um pouco mais e, se você for pobre... E não é só isso, porque ser mulher e negra está na cara, ser lésbica você ainda pode camuflar, a não ser que você seja aquela estereotipada mesmo que “coça o saco” e cospe no chão. Mas, se você não for, ou for o meio termo, as pessoas podem até pensar, mas vão ficar na dúvida, a não ser se você disser. Se você ser (sic!) [for] pobre também, pode camuflar. Agora, ser mulher e ser negra, não. Tá ali estampado, carimbado, não tem jeito! Então quando você congrega tudo isso [...]. Quando você congrega ser mulher, ser negra e ser lésbica, aí você tem que andar olhando para os lados porque você pode sofrer uma agressão por isso sim! Não é fácil! Ainda é uma realidade o preconceito no Brasil.

De acordo com os dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), entre janeiro e abril de 2015 foram registradas 356 denúncias de violações de direitos humanos contra a população LGBT no país. Em 2014, foram registradas 1.013 denúncias. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), de janeiro a junho de 2016, já foram contabilizados 136 crimes.⁷

Apesar dos dados apresentarem uma estatística bastante expressiva, ainda existe uma grande barreira para esse tipo de denúncia, o que nos leva a questionar os números invisíveis da violência. Ao se tratar de lesbofobia, sua ação muitas vezes ocorre dentro da própria casa e é praticada por familiares próximos. Essa é uma das razões pelas quais, durante muito tempo, essa temática repousou no silêncio e na invisibilidade.

7 Dados coligidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) registram que a cada 27 horas um homossexual é assassinado.

No cotidiano, a lesbofobia assume diferentes formas. No seu ativismo com jovens meninas, Dandalunda muito aprendeu sobre como a violência física e psicológica muitas vezes é silenciosa:

Quando as mulheres resolvem assim, andar de mãos dadas, beijar, essas são mais passíveis de sofrer o processo de lesbofobia; as que são mais masculinizadas. A gente tem casos de adolescentes aqui que sofreram lesbofobia mesmo, de apanhar, de ser agredida na rua. Uma contou: – Eu estava com uma menina que não quis ficar com um cara. Então eles se juntaram e meteram a porrada na gente! (...) Tem muito pai que xinga filha, que bate na filha. Tem casos aqui de mães que deixaram as filhas trancadas para não saírem porque não queria que a filha se encontrasse com a namorada. O âmbito familiar com a lesbofobia é muito grande. O âmbito familiar é cruel. Se fala pouco desse processo de lesbofobia porque tem a ver com a questão da mulher e a mulher também fala pouco sobre isso. Ela tem vergonha.

A presença de um tipo de violência quase imperceptível contra as lésbicas, que ocorre entre um discurso e outro, ou através de negociações, também é destacada por Azaracá. Ela ressalta a existência de uma espécie de troca a partir da qual, para serem aceitas, elas têm que assumir atribuições, inclusive de natureza financeira, que originalmente não lhes competem:

Quantas vezes a gente tem que pagar plano de saúde de afilhados, de neto, comprar sandália *Rider* para o pai, faca elétrica para mãe, virar madrinha e mandar os afilhados para a Disney, pra aula disso pra aula daquilo e pra gente sobra quase nem poder circular livremente dentro de casa?

A lesbofobia pode se dar de forma tão violenta que pode gerar a morte, como destaca Neusa no relato a seguir:

Nós temos um caso de morte também. Uma menina que era lésbica e o irmão chegou em casa e encontrou ela em casa namorando. Aí o irmão matou a outra com a irmã. Ele ficou com raiva, deu dois tiros na outra. Aí aparece assim: “assassinada sapatão”. Existem muitos casos terríveis!

A pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*, realizada entre 2008 e 2009, pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, apurou que a dificuldade para se obter dados abrangentes sobre a população LGBT no Brasil decorre ainda do próprio preconceito e estigma a que seus membros estão sujeitos. O ocultamento das identidades reforça a invisibilidade dos dados que, por sua vez, se transforma em um mecanismo perverso que atinge todas as dimensões humanas da vida das lésbicas, em particular das afrodescendentes.

A lesbofobia e o racismo têm ganhado espaço nas redes sociais e no cotidiano das favelas e subúrbios carioca. O caráter anônimo das redes, ainda que ilusório, dá aos agressores a confiança de que não serão descobertos ao destilarem seus preconceitos. Algumas comunidades virtuais vêm disseminando

a ideia do *estupro corretivo ou terapêutico* como medida educativa para *recuperar* as lésbicas.

O jornal *O Dia*, no mês de setembro de 2009, publicou durante uma semana reportagens cuja manchete anunciava: *Gays são caçados nas favelas do Rio pelo tráfico e pela milícia*. Constavam entre os depoimentos, aqueles de lésbicas que foram expulsas do seu local de residência e neles ameaçadas ou violentadas. Uma lésbica disse ter saído da favela onde morava após ela e a namorada serem ameaçadas de estupro.

O fato de ser lésbica torna as mulheres ainda mais vulneráveis às diversas formas de violências cometidas contra elas. Silencia-se o sexo e a sexualidade e omite-se a violência. Por estar contida numa relação de poder, o corpo lésbico se torna alvo do controle da sociedade. A heterossexualização imposta ao corpo lésbico constitui essa invisibilidade e silenciamento vinda de instrumentos tão poderosos que adentram na domesticação do corpo, nas práticas de ensino e nas formas de punição. O medo é um elemento comum e, em virtude do que foi mencionado, é compreensível entender o abismo que há entre as denúncias da violência e a visibilidade da homossexualidade.

Trazer à tona os efeitos do racismo e da lesbofobia através da representação da mulher negra não significa que a luta seja de um grupo específico, mas de toda a sociedade. Se uns são os sujeitos, os outros devem ser parceiros no enfrentamento da violência que silencia, invisibiliza e pune.

Considerações Finais

Estamos vivendo em tempos difíceis. O mito da globalização que prometia a proximidade entre todos tem, na verdade, fortalecido novas segregações. Nesse mundo de *nós* e os *outros*, esbarramos nas intolerâncias. A tentativa de construir discursos de igualdade, através de uma padronização, vai eliminando aqueles que não se adequam às normas.

As informações e percepções trazidas pelas quatro entrevistadas nos ajudam a compreender os mecanismos, muitas vezes sutis, através dos quais a lesbofobia e o racismo contribuem para a eliminação das diferenças e fortalecimento da igualdade apenas entre os iguais.

Quebrar o silêncio no universo das mulheres é um exercício político, uma vez que o gênero, a cor, a classe e a orientação sexual implicam em estigmas e preconceitos. Estes são desafios diários de todas nós mulheres constituintes deste mosaico de diversidade e complexidade. No cotidiano de uma sociedade que é marcada pela forte presença das múltiplas identidades – entendido

aqui como um campo de tensão e poder –, aquelas que se *desviam* da lógica socialmente construída tendem a compor o quadro estatístico da violência. É o que acontece com a mulher negra lésbica, pois infringe regras do domínio patriarcal e do legado heteronormativo.

É imprescindível dizer que, em alguns momentos, nas dinâmicas da opressão e violência, a cor da pele tem mais peso do que a orientação sexual; em outras situações, ocorre o inverso. Não queremos dizer que há uma sobreposição de uma em relação à outra. Porém, como ficou evidente nos depoimentos das nossas interlocutoras, o fato da cor da pele se constituir em algo que não é possível disfarçar faz com que o racismo apresente outros desdobramentos, por ora, mais contundentes.

No que diz respeito à lesbofobia, podemos dizer que ela acontece de forma diferenciada. O corpo e as performances corporais delimitarão as *proteções* e as *vulnerabilidades* vivenciadas pelas mulheres. No caso das negras, a lesbofobia se soma à punição racial. Nas entrelinhas dessa lógica perversa, a exposição da orientação sexual gera intolerância e é vista como uma *escolha* ou *um pedido* para ser agredida.

Por fim, ressaltamos que as experiências das mulheres negras lésbicas se diferenciam. Parte significativa da violência que elas sofrem no cotidiano são invisibilizadas e silenciadas. No entanto, muitas delas conseguem transformar o que socialmente as estigmatizam em sucesso e superação.⁸ É o que acontece com as nossas informantes nas suas militâncias cotidianas.

Sem dar por encerrada nossas reflexões, as narrativas e o debate aqui iniciados surgem como uma tentativa de romper com o silêncio das *silenciadas* e com a cegueira da sociedade.

Referências

- ALMEIDA, G. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais. **O Social em Questão**. ano XI, n. 20, 2008.
- ANDRÉ, M. C. **O Ser Negro. A construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília: LGE Editora, 2008.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

8 Nos subúrbios e nas favelas, onde se encontra uma grande concentração da população negra com baixa escolaridade e situação financeira precária, o preconceito e a discriminação se configuram também de formas diferenciadas.

- _____. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo Negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**. v. 20, n. 1, 2012.
- DOSSIÊ **Saúde das Mulheres Lésbicas**: Promoção da Equidade e da Integralidade. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Fundação Ford, UNFPA. Belo Horizonte: 2006.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRANÇA, M. R. C. Famílias homoafetivas. **Revista brasileira de Psicodrama**. v. 17, n. 1, 2009.
- GONZÁLEZ, L. **Mulher Negra (1984)**. Acesso: 01/2010. Disponível em <<http://www.lesiagonzalez.org.br/material/mulhernegra.pdf>>.
- hooks, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. ano 3, n. 2, 1995.
- JACCOUD, L. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 1ed., 2008.
- MENEZES, P. Tolerância e religiões. In: TEIXEIRA, F. (org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. Paulina, 1997.
- MODESTO, E. **Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca**. São Paulo: Edusp, 1998.
- OLIVEIRA, V. M. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, M. (org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez. Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- SANTOS, G. (org.). Moreninho, Neguinho, Pretinho. In: **Coleção Percepção da Diferença. Negros e Brancos na escola**. v. 3. São Paulo: Ministério da Educação, 1. ed., 2007.
- SANTOS, R. C. B.; GÓIS, J. B. H. Gênero, Raça e Solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras. **Revista Gênero**, v. 8, 2 sem, 2007.

- SANTOS, M. A. Preto, pardo, negro e afrodescendente: as muitas faces da negritude brasileira. In: BRANDÃO, A. M. (org.) **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- SILVA, J.; PEREIRA, A. M. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A; FARIA, N.; GODINHO, T. (orgs.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.
- SOLIVA, T. B. Família e Homossexualidade: uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais. In: **Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos**. Anais. Florianópolis: UFSC, 2010.
- WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, J. P. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

Recebido em fevereiro de 2016

Aprovado em maio de 2016

